

Práticas espaciais no contexto de globalização: análise geográfica por estudantes do Ensino Médio¹

Daniel Rodrigues Silva Luz Neto²

RESUMO

A finalidade deste trabalho é discutir elementos teóricos sobre a análise geográfica das práticas espaciais no contexto de influências da globalização contemporânea por estudantes do Ensino Médio. Para tanto, utiliza-se metodologicamente a perspectiva da pesquisa qualitativa. Sendo assim, efetuou-se o procedimento bibliográfico por meio de unidades temáticas: práticas espaciais, globalização contemporânea e o ensino de Geografia. Para sistematizar a análise da coleta de dados, opera-se com a metodologia da análise de conteúdo na verificação de indicadores em palavras ou frases nos posicionamentos dos autores das fontes bibliográficas. Este trabalho centra-se em três pilares: as práticas espaciais, os impactos da globalização contemporânea e a contribuição do ensino de Geografia na análise geográfica. Os resultados apontam para a importância dos estudantes do Ensino Médio compreenderem a definição conceitual de práticas espaciais como sendo um conjunto sistêmico de ações sociais espacialmente localizadas, as quais são mediadas por sistemas de instrumentos materiais-simbólicos, além de entenderem que tais práticas são efetuadas por diferentes atores sociais para satisfazer suas necessidades ou da sociedade. Elas desdobram-se na produção e organização do espaço geográfico. Tais ações espaciais configuram-se cada vez mais enigmáticas perante o contexto de expansão do processo de globalização na contemporaneidade. Nesse sentido, indica-se o estímulo ao desenvolvimento do pensamento geográfico a fim de que os estudantes, mencionados possam fazer análise geográfica de forma crítica sobre as práticas espaciais no contexto de influências da globalização contemporânea, de modo que possam compreender que as práticas espaciais estão inseridas no processo da totalidade-mundo, que se apresenta na espacialidade como fábula, perversidade e possibilidade.

Palavras-chave: Práticas espaciais; Influências da globalização; Mobilização de elementos do pensamento; Interpretação crítico-reflexiva; Método para o ensino.

Spatial practices in the context of globalization: geographic analysis by high school students

ABSTRACT

The purpose of this work is to discuss theoretical elements about the geographical analysis of spatial practices in the context of influences of contemporary globalization by high school students. To this end, the perspective of qualitative research is used methodologically. Therefore, the bibliographic procedure was carried out through thematic units: spatial practices, contemporary globalization and the teaching of Geography. In order to systematize the analysis of data collection, the methodology of content analysis is used to verify indicators in words or phrases in the positions of authors of bibliographic sources. This work focuses on three pillars: spatial practices, the impacts of contemporary globalization and the contribution of Geography teaching in geographic analysis. The results point to the importance of high school students to understand the conceptual definition of spatial practices as a systemic set of spatially located social actions, which are mediated by systems of material-symbolic instruments, in addition to understanding that such practices are carried out by different social actors to satisfy their needs or those of society. They unfold in the production and organization of geographic space. Such spatial actions are increasingly enigmatic in the context of the expansion of the globalization process in contemporary times. In this sense, it is recommended to encourage the development of geographical thinking so that the aforementioned students can make a critical geographical analysis of spatial practices in the context of contemporary globalization influences, so that they can understand that spatial practices are inserted in the process of totality-world, which presents itself in spatiality as fable, perversity and possibility.

¹ Este trabalho apresenta partes do capítulo 2 da minha tese de doutorado defendida em maio de 2022, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/44548>. Acesso em: 15 out. 2022.

² Doutor em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Atua como professor substituto no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília desde 2022, bem como no curso de Geografia da mesma instituição na modalidade a distância desde 2020. E-mail: danieltableiro1@gmail.com.

Keywords: Spatial practices; Influences of Globalization; Mobilization of elements of thought; Critical-reflective interpretation; Method for teaching.

Introdução

Parte-se da compreensão de que as práticas espaciais trata-se de sistêmicas de ações sociais espacialmente localizadas, as quais são mediadas por sistemas de instrumentos materiais-simbólicos. Tais práticas são efetuadas por diferentes atores sociais para atender suas necessidades ou da sociedade e desdobram-se na produção e organização do espaço geográfico. Essas práticas espaciais têm se tornado cada vez mais desafiantes perante as interferências das ações dos atores na sociedade contemporânea, principalmente com os efeitos da globalização.

A globalização deve ser compreendida como um conjunto de ações e configurações complexas e que tem em seu entendimento diferentes significados. A análise e apreensão advém também do olhar de quem a interpreta. Ademais, ela se configura em diversas dimensões na dinâmica socioespacial, como as econômicas, as políticas ou culturais (SANTOS, 1997). Diante disso, o nosso entendimento é de que esse movimento histórico-geográfico se trata da operacionalização da internacionalização do modo de produção capitalista, o qual se realiza por diferentes agentes sociais em suas práticas espaciais cotidianas, tornando-as mais complexas.

Nesse contexto, a compreensão das práticas espaciais de forma crítico-reflexiva por estudantes do Ensino Médio é ampliada quando eles se apropriam do pensamento geográfico. Essa forma de pensar geográfica é uma atividade intelectual a ser desenvolvida no processo de mediação didático-pedagógica do professor de Geografia junto a seus educandos na Educação Básica, como os da etapa do Ensino Médio, que estão na faixa etária dos 15 aos 17 anos.

A mobilização do pensamento geográfico pelos estudantes do Ensino Médio diz respeito à apropriação e à utilização por esses sujeitos, na análise geográfica, da dimensão espacial da realidade por meio do estatuto epistemológico da ciência geográfica, como os conceitos e princípios lógicos.

Desse modo, o estímulo realizado pelo professor de Geografia para que os alunos mobilizem os elementos estruturantes do pensamento geográfico, tanto seus conceitos – espaço, território, lugar, paisagem, região, entre outros – quanto seus princípios lógicos – localização, delimitação, escala, rede, descrição, conexão, entre outros – são ferramentas simbólicas mediadoras da análise geográfica da realidade. A operacionalização dessas ferramentas culturais pelos alunos potencializa suas atividades mentais para analisar as práticas espaciais nas dinâmicas do contexto de interferências da globalização.

A delimitação desse objeto – práticas espaciais no contexto de globalização – insere-se na área de pesquisa da Geografia Escolar, que tem como objeto de investigação a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem, tanto na escolarização básica quanto no nível superior. Na escolarização básica, entende-se que a Geografia, enquanto componente disciplinar, tem como meta geral a formação do pensamento geográfico dos estudantes a fim de realizarem análises geográficas da realidade na dimensão da espacialidade ao se operar com o estatuto epistêmico da ciência geográfica – categorias, conceitos e princípios lógicos.

A motivação para a pesquisa está relacionada à produção da minha tese de doutorado defendida em 30 de maio de 2022, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília. Nessa ocasião, um dos eixos da pesquisa foi sobre as práticas espaciais no contexto de globalização contemporânea, a qual foi realizada metodologicamente por meio de pesquisa bibliográfica. Na ocasião, identificou-se uma lacuna quanto ao conceito de práticas espaciais, tanto nas pesquisas acadêmicas gerais no campo da ciência geográfica quanto na área de ensino de Geografia. No caso especial da pesquisa, escolheu-se a terceira etapa da Educação Básica, o Ensino Médio³, o qual também é o recorte escolhido para ser discutido neste trabalho.

Por tais motivos, este texto tem a finalidade de discutir teoricamente a análise geográfica das práticas espaciais no contexto de influências do processo de globalização contemporânea por estudantes do Ensino Médio. Para tanto, efetuou-se a operacionalização por intermédio do procedimento bibliográfico nos seguintes nortes: práticas espaciais, as influências da globalização contemporânea e a contribuição do ensino de Geografia na análise geográfica da realidade. Tais pesquisas foram efetuadas em livros, teses, dissertações e periódicos acadêmicos na rede mundial de computadores, tendo como critério temas e conceitos pertinentes ao objetivo da pesquisa.

Como procedimento de análise teórica, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), que é operacionalizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação por inferências e deduções (BARDIN, 2011) e a qual foi operacionalizada pela definição das categorias *a priori* da pesquisa bibliográfica por escolhas de codificação de unidades de três registros temáticos: práticas espaciais, globalização e a contribuição do ensino de Geografia na análise geográfica da realidade. Por fim, realizou-se a discussão teórica em consonância com essas três categorias da pesquisa construídas pela codificação nas unidades temáticas mencionadas.

³ O motivo da escolha do Ensino Médio se deve a alguns aspectos. Em primeiro lugar, porque o conteúdo da globalização faz parte do currículo dessa etapa. Dependendo do currículo da rede de ensino, ele pode estar na 2ª ou 3ª série do Ensino Médio. Além disso, os estudantes dessa etapa já passaram por uma série de pré-requisitos teórico-conceituais ao longo da escolarização que permitem que tenham mais possibilidades de fazerem análises geográficas das práticas espaciais diante das contradições do mundo sob a interferências da globalização.

O trabalho está organizado em três partes. A primeira parte tem como finalidade discutir o conceito de práticas espaciais na perspectiva da Geografia; na segunda parte o objetivo é discorrer sobre as dimensões da globalização nas configurações das práticas espaciais contemporâneas e a contribuição do ensino de Geografia na análise geográfica da realidade; a terceira parte destina-se para as considerações finais.

Práticas espaciais na perspectiva da Geografia

Esta primeira parte do trabalho tem como finalidade discutir o conceito de práticas espaciais como contribuição para a análise geográfica por estudantes do Ensino Médio. Para tanto, foi feita pesquisa bibliográfica em arquivos do pesquisador e em plataformas acadêmicas já mencionadas.

Por meio de pesquisa bibliográfica, evidenciou-se que o conceito de práticas espaciais tem sido comumente citado nas pesquisas em Geografia. Embora seja um conceito potente para a Geografia, existe uma lacuna na discussão teórico-metodológica desse conceito que, ao longo deste trabalho, compreende-se como sistema de ações sociais espacialmente localizadas mediadas por sistemas de instrumentos materiais-simbólicos.

Nessa mesma direção, na área de pesquisa da Geografia Escolar também não é diferente, pois muitas vezes o conceito de práticas espaciais é citado, mas ainda há necessidade de discussões no que diz respeito ao aprofundamento da definição de práticas espaciais e de como esse conceito pode contribuir para o ensino de Geografia.

Nesse contexto, a coleta de pesquisa bibliográfica direcionou-se a não classificar ou dar um ponto final a esse debate, visto que o intuito foi mesmo de contribuir teoricamente para a dinâmica da práxis nas ações no Ensino Médio. Sendo assim, foi possível encontrar alguns autores, tanto brasileiros quanto internacionais, que tratam dessa temática. Por outro lado, evidenciou-se ainda uma lacuna nesse constructo de apreensão de práticas espaciais para o campo da Geografia bem como para a área de ensino de Geografia.

De acordo com Corrêa (2012a), as práticas espaciais são um conjunto de ações que se localizam espacialmente, as quais impactam dentro do espaço geográfico. Elas, por sua vez, alteram as interações e formas geográficas (objetos técnicos). O espaço não é um palco inerte das práticas espaciais, mas estas têm dimensões espaciais ativas que as configuram, condicionam e propiciam condições do porvir.

As práticas espaciais surgem tanto da consciência que os sujeitos têm, ancorando-se em padrões culturais locais, como das oriundas de condições técnicas existentes em um determinado tempo.

Essas condições podem possibilitar a organização espacial quanto a projetos diversos advindos das necessidades de cada grupo social ou indivíduos engajados para garantir a existência bem como a reprodução socioespacial. Logo, entende-se que elas são sistemas de ações sociais localizadas intencionalmente pelos quais se objetivam as ações socioespaciais.

As práticas espaciais viabilizam-se por meio da seletividade, da fragmentação, da antecipação espacial, da marginalização espacial e da reprodução da região reprodutora. Em primeiro lugar, a seletividade é um dos tipos de práticas espaciais em que nela o homem seleciona os espaços como forma de organização espacial. Para isso, usam-se elementos como atributos mais favoráveis à realização das suas atividades naquele lugar. Em segundo lugar, a fragmentação espacial ocorre no momento em que existe a divisão espacial com o intuito de controle por parte de alguns atores sociais sobre determinados territórios (CORRÊA, 2007).

Os atores sociais com maior poder político-econômico fragmentam áreas para poderem atuar em prol de seus interesses. Para isso, eles passam a escolher as áreas de maior potencialidade para atingirem seus propósitos e garantirem a reprodução de seus projetos dentro da dinâmica do espaço geográfico. Em terceiro lugar, a antecipação espacial é a criação de elementos do espaço para atendimento de determinadas necessidades de alguns atores. Dessa forma, pode-se citar a criação da oferta de matéria-prima e de mercado consumidor em prol de alguns atores produtores do espaço. Em suma, a antecipação espacial significa, grosso modo, uma reserva de território (CORRÊA, 2007).

Em quarto lugar, a marginalização espacial ocorre devido às mudanças políticas, econômicas e culturais. Assim, o abandono de uma determinada empresa pode marginalizar determinada cidade que dependia dela para a geração de emprego e de renda. Por causa da saída de determinada empresa, poder-se-á promover uma reconvenção funcional da atividade antes vigente bem como do próprio lugar. Por fim, a reprodução da região reprodutora é a criação de elementos espaciais responsáveis pela manutenção da região reprodutora (CORRÊA, 2012a).

Para Moreira (2017), a construção geográfica da sociedade é o processo de práticas e saberes espaciais dramaticamente interligados que emergem a partir das necessidades da vida dos seres humanos. Dessa forma, tais práticas realizadas espacialmente são as responsáveis pelas configurações da forma-conteúdo da organização geográfica da sociedade. Isso ocorre porque, como reforça o autor supracitado, toda sociedade é fruto da acumulação e sucessão de práticas espaciais que podem ser ampliadas mediante apropriação dos conhecimentos geográficos à medida que, ao se operar com os elementos estruturantes dos discursos da Geografia, elas possibilitam interpretar abstratamente e criar novos saberes para a produção do espaço geográfico (MOREIRA,

2017). Assim, as práticas espaciais representam o ser (sujeito) e o estar (espaço geográfico) no mundo.

Na perspectiva de Souza (2015), as práticas humanas não são somente sociais, mas também espaciais: “Quanto às práticas humanas orientadas nessa direção, elas não deverão ser somente práticas sociais sem conteúdo espacial ou espacialmente explícito” (SOUZA, 2015, p. 236). Tais práticas espaciais consistem em projeções sobre um determinado terreno, que pode ser de todos os âmbitos sociais, sejam essas práticas econômicas, políticas ou culturais.

Compreende-se que as práticas espaciais são práticas sociais em uma perspectiva peculiar, que é a dimensão das ações sociais na espacialidade da realidade. Nesse sentido, Souza (2015), ao proferir sobre as práticas espaciais, deixa explícito que estas são constituídas de aspectos sociais. Sendo assim, o desenvolvimento e a mobilização do pensamento geográfico dos estudantes do Ensino Médio contribuem para que esses sujeitos façam análise geográfica no sentido de compreender que não existem práticas espaciais que não sejam sociais, ou pelo menos que não tenham elementos humanos.

Além disso, autores como Souza (2015, p. 240) reforçam que não há prática social que não tenha a dimensão espacial, uma vez que “(para além, obviamente, do aspecto básico e banal de que não há sociedade e mesmo vida humana sem o espaço) que, por isso, se justifica falarmos das práticas espaciais como prática social de um tipo particular”. Desse modo, ao se utilizar práticas espaciais para aplicação junto aos estudantes de Ensino Médio, opera-se como uma representação conceitual de práticas sociais constitutivas da dimensão espacial nas ações humanas na dinâmica da totalidade-mundo.

Diante dessa construção teórico-metodológica para a mobilização dos estudantes mencionados, entende-se que o espaço geográfico assume uma importância ativa na realização das práticas espaciais, as quais podem ser de diversos tipos, como: dominação, manutenção de hierarquia, coerção, autogoverno, autodeterminação ou autodefesa (SOUZA, 2015).

Dessas práticas espaciais, destaca-se a de dominação pela qual se impõe a heteronomia, que corresponde aos processos de leis externas às localizações dos eventos socioespaciais, e a da emancipação, que é o processo de lutas para a autonomia dos eventos socioespaciais. Na perspectiva de Souza (2015, p. 247), “em resumo: as práticas espaciais têm servido ora e com mais frequência à heteronomia, ora à autonomia ou, pelo menos, à luta contra a heteronomia”.

As forças heterônomas são leis formuladas e executadas pelos próprios atores sociais não hegemônicos e fazem parte de grande parte das ações nas práticas espaciais cotidianas. As práticas espaciais heterônomas têm se mostrado, ao longo do tempo, de formas diferentes. Porém, elas têm

como objetivo, quase sempre, a submissão ou até mesmo a domesticação dos corpos e das mentes dos sujeitos. Por outro lado, é possível encontrar práticas espaciais insurgentes, que são ações humanas que buscam a transformação da realidade (SOUZA, 2015).

Dessa forma, defende-se a necessidade de se construir e exercitar as ações espaciais, práticas espaciais, junto com os estudantes, como os do Ensino Médio, em prol da insurgência, em que esses sujeitos possam mobilizar elementos estruturantes do pensamento geográfico. Esses sujeitos, ao operarem com esse modo de pensar geográfico, são conduzidos a processos cognitivos poderosos, que instrumentaliza-os cultural-simbolicamente em suas análises geográficas e, conseqüentemente, contribui para a interpretação e o agir frente às práticas espaciais em suas múltiplas escalas, local-global.

Para Lefebvre (2006), as práticas espaciais são uma projeção sobre o espaço que envolve elementos e momentos das práticas sociais. Assim, a sociedade e o espaço estão interligados diante de determinados momentos sem deixar de correlacionar os fatores de ordem mais global. Em consonância com o autor, entende-se que a prática espacial contempla tanto a produção como a reprodução de lugares específicos, os quais se constituem de um conjunto de aspectos espaciais próprios de determinada formação social. Para decifrar ou compreender tais práticas espaciais, é necessário decifrar o espaço, conforme diz Lefebvre (2006, p. 65): “[...] a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço”.

As práticas espaciais são fruto decorrente da produção social, pois, para Lefebvre (2006), os seres humanos produzem sua vida junto ao espaço – sua história, sentidos e consciência. Por esse ângulo, compreende-se que não existe nada na história e na sociedade que não seja adquirido pelos grupos sociais na dinâmica de produção e reprodução do espaço geográfico. Logo, concorda-se com o autor que as práticas espaciais são ações humanas produtoras do espaço e que são por este condicionadas.

A produção e a reprodução do espaço ocorrem por múltiplas formas, ora material, ao apresentar suas marcas nos fenômenos espaciais; ora imaterial (simbólica), em que as configurações não apresentam rastros de seus produtores. Lefebvre (2006, p. 106) ratifica todo esse processo das práticas espaciais com a qual se concorda quando afirma que:

Os seres humanos produzem formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas e ideológicas. A produção no sentido amplo abrange então obras múltiplas, formas diversas, mesmo se essas formas não trazem as marcas dos produtores e da produção (como a forma lógica, aquela da abstração que passa facilmente por intemporal e não produzida, ou seja, metafísica) (LEFEBVRE, 2006, p. 106).

Além das formas, as práticas espaciais também contemplam uma estrutura e uma função. Para Lefebvre (2006, p. 209), “isso quer dizer que todo espaço social pode tornar-se o objeto de uma análise formal, de uma análise estrutural, de uma análise funcional”. Tais conceitos, como forma, estrutura e função, constituem-se elementos relevantes para a análise geográfica dos estudantes do Ensino Médio, pois contribuem com códigos e métodos que possibilitam interpretar as coisas incompreensíveis no olhar aparente dos sujeitos.

A forma é, geralmente, dada na e para uma materialização, que pode se apresentar nas práticas espaciais de diversas maneiras, como: plásticas, estéticas e abstratas. Seja qual for o elemento apresentado, ele sempre está correlacionado a uma estrutura e a uma função. Sendo assim, a análise social do espaço se dá nessa simbiose forma-estrutura-função-processo.

Para ampliar a discussão sobre as práticas espaciais, realizou-se também uma pesquisa sobre fundamentos teóricos em âmbito internacional. Fato esse que ajudou a constatar teoricamente que as práticas espaciais são sociais e que suas ações têm dimensões espaciais. De acordo com Schatzki (2015), as práticas sociais são fenômenos inerentemente espaciais, pois nelas há espacialidades.

Conforme Schatzki (2015), o espaço é elaborado pelas práticas sociais que produzem o espaço, o qual se constituirá de um conjunto de práticas sociais. Diante disso, o social e o espacial na realização de práticas humanas são indissociáveis. O autor explicita que as práticas sociais são fenômenos inerentemente espaciais. Além disso, os espaços pertinentes ao social, à vida, são cada vez mais produtos de práticas. As práticas sociais que fazem os próprios espaços têm conteúdos espaciais (SCHATZKI, 2015).

O autor afirma ainda que essas práticas sociais, que também são espaciais, formam-se em torno de atividades ligadas a alguma materialidade (organismos, artefatos e coisas). Dessa forma, ele defende que nas análises sociais deve-se considerar o conjunto de práticas e arranjos espaciais. Desse modo, pode-se inferir a relevância do uso do termo prática espacial, pois o ontologicamente de a prática se tornar social precisa do substrato material-simbólico do espaço. As ações sociais precisam do espaço para serem construídas, pois elas começam em algum lugar, e nesse lugar, por meio da produção do espaço para sobrevivência, elas produzem e são condicionadas pela espacialidade.

Assim, hoje é mais comum usar o termo de forma hegemônica de prática social, mas conforme mostra a ontologia espacial, o social, antes de mais nada, precisa da espacialidade, e é por ela constituída. A título de exemplificação, a espacialidade do sujeito faz parte da construção social do sujeito. Desse modo, apesar de não ser determinadamente absoluta, mais a localização geográfica influi no ser e estar no mundo.

Simonsen (2007) traz a ideia de que a vida cotidiana é preenchida por práticas humanas, as quais também permitem sua compreensão a partir delas. Sendo assim, a consciência espacial dos sujeitos está muito associada à experiência cotidiana entre a experiência do próprio corpo com as conexões com o mundo. Isso porque o próprio corpo é espacial e estabelece uma relação material e imaterial nas práticas cotidianas.

As práticas espaciais são ações sociais articuladas e são sempre parte de um projeto que está sendo realizado ou está sendo projetado para o futuro. Sendo assim, elas estabelecem conexões entre si, bem como constituem tanto a manutenção de arranjos como o estabelecimento de novas ordenações sociais (SIMONSEN, 2007).

Tao, Cai e Yu (2019) mobilizam o conceito de práticas espaciais no âmbito das questões da mobilidade dos imigrantes na China. Os autores operam esse conceito para analisar como se dá a construção das práticas espaciais dentro das casas dos migrantes. As práticas espaciais decorrentes na China, no fim do Século XX, são fruto das mudanças estruturais, tanto na economia como na dinâmica social chinesa e do mundo. Tais transformações promoveram mudanças muito significativas no que diz respeito à mobilidade das pessoas, já que aumentou o quantitativo de pessoas flutuantes no território (TÃO; CAI; YU, 2019).

Já Christan e Souza (2020) definem práticas espaciais como a dimensão do processo de produção, apropriação e reprodução do espaço geográfico. Para os autores, a dimensão das práticas espaciais está associada aos sujeitos que as realizam em três aspectos: o vivido (as experiências vividas), percebido (atribuições de significados pelos sujeitos) e o concebido (ação intelectual de entendimento). Os autores utilizam significado para o espaço percebido, considera-se que sejam atribuições de sentidos, pois entende-se que os significados no sentido do pensar por conceitos são aspectos que podem ser generalizados para compreensão. Os sentidos são atribuições particulares dos sujeitos, conforme afirma Charlot (2000).

Compreende-se que as práticas espaciais são produtoras, reprodutoras e organizadoras do espaço geográfico. Nesse sentido, Straforini (2018) traz uma discussão articulada ao ensino de Geografia que, segundo ele, o próprio ensino de Geografia é uma prática espacial da significação, pois são ações espaciais que produzem significados. Para o autor, as práticas espaciais são constituídas de ações de atores heterônomos e insurgentes.

A partir da concepção de Straforini (2018), compreende-se a existência desses atores sociais na perspectiva de coexistências nas práticas espaciais, ou seja, onde existem ações hegemônicas também existem as insurgentes, e vice-versa. Defende-se o desenvolvimento da capacidade intelectual de análise e agir geográfico, por parte dos estudantes do Ensino Médio, na sentido de

uma postura dialógica perante a mediação com o mundo de que não se trata de nós (atores insurgentes) e eles (atores hegemônicos), todos coexistem nas ações espaciais, pois se entende que o dialogismo entre os grupos sociais é um caminho possível para a construção de projetos de sociedade com justiça espacial.

No entanto, reconhece-se que as forças e instrumentos de ações dos atores hegemônicos têm se colocado historicamente de maneira desfavorável para os atores não hegemônicos, mas que também existem campos de possibilidades para entender os processos de produção, apropriação, reprodução e de organização geográfica da sociedade como uma construção. Com isso, acredita-se em um caminho para a construção de uma sociedade com justiça espacial, como defende Soja (2010), que fez reflexões teóricas conjuntamente com estudos de campo de movimentos por justiça espacial de atores sociais (pobres, imigrantes, organização de trabalhadores, gênero, étnico, racial, entre outros) na cidade de Los Angeles - Estados Unidos.

Soja (2010) define o conceito de justiça espacial como força mobilizadora e objetivo estratégico na política contemporânea como instrumento contra as desigualdades sociais, raciais, conflitos interculturais, questões de gênero e de degradação ambiental, como apontou em seus estudos em Los Angeles, Estados Unidos.

Soja (2010) argumenta que se deve buscar meios para estimular a operacionalização do conceito de justiça espacial para alcançar um público que busque maior justiça e democracia igualitária para todos frente à globalização da injustiça espacial. Ele também afirma que a justiça espacial não substitui outras formas alternativas de justiça, mas sim, representa uma perspectiva particular interpretativa pelo viés da Geografia. Assim, parte-se do entendimento de que ao se tratar da justiça espacial, incluem-se também os elementos sociais (natural, social, econômico e cultural).

Dessa maneira, segundo Soja (2010), na contemporaneidade, o conceito de justiça, entre eles, o de justiça espacial, tem sido uma força mobilizadora para se buscar a justiça social, racial, de gênero, econômica, intercultural, ambiental e de movimentos contra a globalização, neoliberalismo, aquecimento global, extinção das espécies, tortura, intolerância religiosa, entre outros.

Concorda-se com Soja (2010) e também se defende a mobilização do conceito de justiça espacial em prol de uma sociedade mais justa para todos e que esta possa contribuir para o desenvolvimento da capacidade dos estudantes de interpretar e atuar de maneira crítico-reflexiva frente às práticas espaciais no contexto de fortes influências da globalização.

Com isso, concorda-se também com a discussão de Santos (2020) sobre os interesses das classes dominantes e as possibilidades de busca por justiça espacial em Soja (2010). Entende-se que a justiça espacial pode ser construída pelos atores não hegemônicos, por meio de negociação, alianças e de

diálogo na relação em suas práticas espaciais entre seus pares, bem como com os atores hegemônicos que se abram para projetos que contribuam para a produção de justiça espacial. Assim, indicam-se diálogos, negociações e formação de redes colaborativas entre os diferentes atores sociais como estratégias para a construção geográfica de uma sociedade com mais justiça. Embora Santos (2014) não explicita diretamente o conceito de práticas espaciais, ele traz uma contribuição importante para se compreender as práticas espaciais quando define o espaço geográfico. Para o autor, o espaço geográfico é um conjunto sistêmico indissociável de objetos e de ações. Os objetos são toda a herança natural e os resultados das ações humanas que se objetou. Essa objetividade das ações humanas criou os instrumentos materiais/simbólicos para atender às necessidades da vida cotidiana.

Compreende-se que os instrumentos materiais utilizados pelos sujeitos se configuram como mediadores imediatos para as práticas espaciais no mundo e que também são condicionados pela dinâmica geográfica da sociedade. Frente a essa defesa, Santos (2014) afirma que a organização geográfica se dá pelos meios de ação da existência e por meios de ação fixos ou cristalizados. As ações cristalizadas, fruto da evolução social, criam as formas geográficas (objetos técnicos). Segundo Santos (2014, p. 75), “[...] formas geográficas aparecem como condição para ação, meios de existências - e o agir humano deve, em um certo momento, levar em conta esses meios de existências”.

O autor esclarece ainda o seu entendimento dessas ações. Para ele, elas são processos dotados de intencionalidade pelos quais os atores sociais mudam as coisas ao mesmo tempo em que modificam a si mesmos. As ações socioespaciais resultam de necessidades naturais ou criadas pelo homem, tais como: econômicas, culturais, sociais, afetivas, que levam os humanos a agir e os conduzem à criação e recriação dos sistemas de objetos (SANTOS, 2014).

Segundo Santos (2014), na contemporaneidade, as ações, assim como os sistemas de objetos, baseiam-se na ciência e na técnica. Isso permite que as ações sejam instrumentalizadas pelos sistemas de objetos coordenados dentro da totalidade em movimento, pois “essas ações parceladas exigem uma coordenação, não obrigatoriamente percebidas, às vezes invisíveis. É dessa forma que as ações individuais participam das ações globalizadas” (SANTOS, 2014, p. 225).

As ações são condicionadas pelos sistemas de objetos, que para Santos (2014), isso não significa que seja automático, mas que existem relações de mediações. Conforme o autor, “o fato dos sistemas dos objetos condicionar os sistemas das ações não significa que entre eles haja uma relação automática. Existem mediações e, entre elas, a lei, as normas, os costumes, a religião, as representações herdadas ou ensinadas” (SANTOS, 2014, p. 228). Nesse sentido, entende-se que os

sistemas de ações sociais são práticas espaciais, mediadas por instrumentos materiais-simbólicos, que permitem construir geograficamente a sociedade.

Dada a discussão teórica, compreende-se que essa discussão pode contribuir para a análise geográfica dos estudantes, entre esses, os do Ensino Médio, à medida que se pode levá-los a compreender que as práticas espaciais são um conjunto de ações sociais espacialmente localizadas, mediadas por instrumentos materiais-simbólicos, efetuadas cotidianamente por diferentes sujeitos, como refugiados, camponeses, ribeirinhos, migrantes, quilombolas, indígenas, mulheres, sem-terra, sem-teto, entre outros. Elas podem atender a motivos específicos ou coletivos que possibilitam a produção e a organização do espaço geográfico e são por este condicionadas. Essa noção de compreensão é representada na Figura 1.

Figura 1: Práticas espaciais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A produção e a organização do espaço geográfico inserem-se na dinâmica dos movimentos da totalidade-mundo (sociedade-natureza). Os eventos geográficos não estão isolados do todo. Por isso, entende-se que as práticas espaciais, por fazerem parte de uma totalidade em movimento, têm se tornado cada vez mais enigmáticas perante a expansão do processo de globalização contemporâneo.

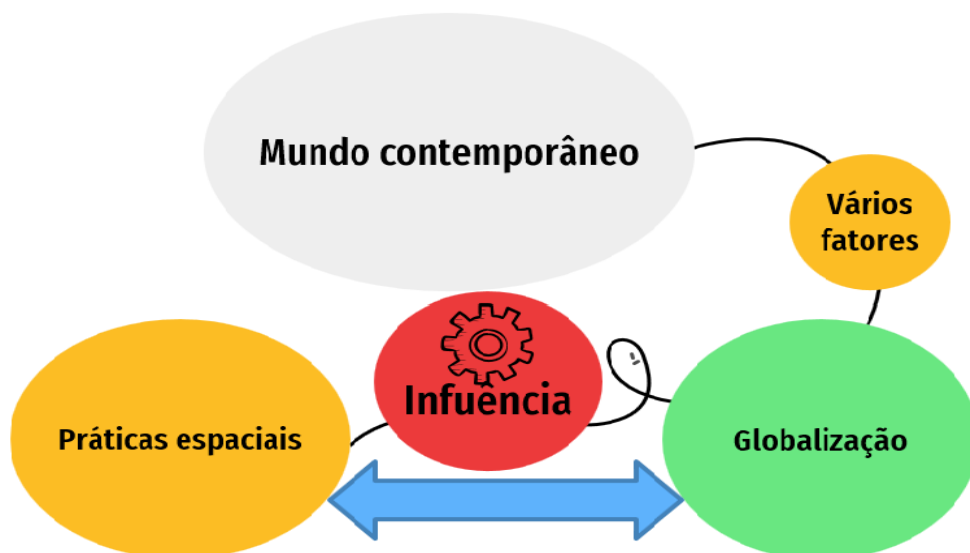
Para Santos (2014), no período atual de globalização, para que se possa analisar as relações na totalidade-mundo, é fundamental revisitar o movimento do universal e do particular. Para o autor, a noção de totalidade diz respeito a que “[...] todas as coisas no universo formam uma unidade. Cada coisa é parte da unidade, do todo” (SANTOS, 2014, p. 115).

No tocante à totalidade em movimento, as partes devem ser compreendidas pelo conhecimento da totalidade, assim como a totalidade deve conhecer as partes em suas análises geográficas (SANTOS, 2015). Compreende-se que os elementos do espaço geográfico não estão isolados, mas fazem parte da totalidade-mundo. Portanto, as partes podem sofrer interferência de outros fatores exógenos ou elas mesmas exercerem forças sobre a totalidade.

Ao se partir da dimensão da globalização contemporânea na dimensão da expansão do modo de produção capitalista, entende-se que sua operacionalização provoca interferências nas práticas espaciais. Lefebvre (2006, p. 15) corrobora com essa concepção quando afirma que “hoje em dia poucas pessoas recusariam a admitir a influência de capitais e do capitalismo nas questões práticas concernentes ao espaço”. Nessa mesma perspectiva, Soja (2010, p. 14) afirma que “[...] a economia global em expansão, tem sido amplamente reconhecida como uma força influente que molda o comportamento humano, a ação política, e desenvolvimento social”.

Parte-se do entendimento de que a orientação da mediação didático-pedagógica para os estudantes deve guiar a análise geográfica sobre as práticas espaciais dentro do movimento da totalidade-mundo. Desse modo, os estudantes do Ensino Médio devem entender que o mundo contemporâneo é constituído de vários fatores influenciadores, entre eles, a dimensão das interferências da globalização, que ao se apresentar como um processo da totalidade em movimento, pode impactar nas práticas espaciais, ao mesmo tempo em que elas também têm possibilidade de produzir interferências na dinâmica global (Figura 2).

Figura 2: Influência da globalização nas práticas espaciais.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em consonância com Santos (2015), o mundo globalizado apresenta-se no contexto das práticas

espaciais (espaço-tempo) em três mundos em um só, como fábula, como perversidade e como possibilidade. Por compreender a força analítica dessas três dimensões da globalização propostas pelo autor, escolheram-se essas partes como recortes e indicação teórico-metodológica para a análise geográfica dos estudantes do Ensino Médio como constituintes do movimento coexistente na formação da totalidade a fim de compreender seus impactos nas práticas espaciais, as quais serão discutidas a seguir.

Impactos da globalização nas práticas espaciais: a contribuição do ensino de Geografia na análise geográfica dos estudantes do Ensino Médio

A finalidade desta seção é argumentar teoricamente sobre os impactos da globalização nas configurações das práticas espaciais e a importância do ensino de Geografia nesse contexto a fim de viabilizar a análise geográfica pelos estudantes do Ensino Médio. Para atender a essa demanda, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a temática globalização focada em três aspectos, como fábula, como perversidade e como possibilidade, conforme defende Santos (2015).

O critério de escolha das três partes justifica-se pela concepção teórica de Santos (2014), que ressalta a importância de se considerar que o movimento da totalidade-mundo é formado de partes. Em concordância com o autor, e para efeito de aplicação pelos jovens estudantes na Educação Básica em suas análises geográficas, faz-se necessário o conhecimento do movimento dos fenômenos na constituição da totalidade-mundo. Para tanto, é necessário fazer recortes para fins analíticos, subdividir, ou seja, pensar as partes que constituem a unidade do todo.

É nesse pressuposto que Santos (2015) defende que na análise geográfica da globalização contemporânea deve-se levar em consideração a presença de, no mínimo, três mundos em um só. Dessa forma, para a mobilização do pensamento geográfico pelos estudantes do Ensino Médio na análise geográfica das práticas espaciais diante do contexto de globalização, é fundamental que eles entendam que os efeitos da globalização contemporânea fazem parte do movimento do todo. E que, para fins analíticos, faz-se a sistematização metodológica em partes, mas que elas formam a totalidade-mundo. Em outras palavras, os estudantes devem entender que a globalização como perversidade tem possibilidades, do mesmo modo que na possibilidade também existem as contradições, e assim sucessivamente.

Neste estudo, tem-se o entendimento de que a globalização atual é o ápice do processo de mundialização do mundo capitalista em um contexto do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2015). Essa internalização da sociedade capitalista não ocorre de maneira igualitária nos territórios, mas é intensificada pela heterogeneidade dos fenômenos espaciais, bem como também

não atinge a todos os sujeitos da mesma maneira, uma vez que cada sujeito tem suas especificidades, subjetividades e necessidades. Porém, reconhece-se também que a globalização tem a capacidade de influenciar grande parte da humanidade, seja direta ou indiretamente, em várias dimensões da vida, como a econômica, a cultural, a política e até mesmo nos processos de subjetividade.

Dada a complexidade, para Santos (2015), qualquer análise geográfica sobre a temática da globalização deve levar em consideração não somente aspectos atualmente dominantes, os quais se caracterizam por uma perversidade, mas também outros fatores que ocorrem paralelamente às ações dos atores sociais hegemônicos. Por conseguinte, essa discussão sobre a temática globalização perpassa tanto por fabulações como por perversidades e como possibilidades desse processo em suas múltiplas coexistências nas práticas espaciais.

A globalização como fabulação se dá de toda forma. Assim, surgem várias ideias para explicar a realidade, como a aldeia global e o encurtamento dos espaços, por exemplo. A primeira diz respeito à formação de uma aldeia global por meio da circulação instantânea de notícias. Essas, no que lhe diz respeito, são divulgadas no sentido de que possibilitam informar a todos e em qualquer parte, mas não garantem que as notícias realmente informam as pessoas, como é o caso das *fake news* e das notícias de interesse de grupos específicos. Outro aspecto é o encurtamento das distâncias por meio dos novos meios técnicos. Porém, tal encurtamento é um mito, pois ele ocorre apenas para quem realmente pode viajar (SANTOS, 2015).

A globalização contemporânea, entre seus aspectos constituintes, encontra-se na forma como a informação é dada, a qual se coloca o dinheiro como motor da vida econômica e social (SANTOS, 2015). Esses imperativos impõem as fabulações que chegam aos territórios de forma globalitária. Compreende-se que todo discurso que é difundido sobre a ideia de aldeia global, encurtamento do tempo-espaço, fim das fronteiras, não passa de um ideário construído e divulgado para convencer as pessoas sobre um modo de agir que é responsável pela própria produção das contradições perversas e de outras possibilidades, com outras ideologias que coexistem, conforme defende Massey (2015).

Cabe ressaltar que, historicamente, o mundo passou por processos de contradições socioespaciais. Porém, com a emergência e a expansão do processo de globalização, sob a égide do capitalismo, essas contradições avançaram. Segundo Santos (2014), o mundo já vinha produzindo seus marginalizados, a exemplo das dinâmicas dos espaços urbanos. Desse modo, os estudantes do Ensino Médio devem compreender que a globalização apenas passou a intensificar essas

contradições porque ela tem como base os sistemas técnicos, que custam caro para serem instalados nos lugares e os empreendimentos socioprodutivos.

Compreende-se que os atores com maior poder político-econômico comandam a globalização contemporânea, interferem politicamente direta ou indiretamente nela, por intermédio da força dos Estados nacionais. Esses, por sua vez, passam a agir de maneira favorável aos interesses dos atores hegemônicos em detrimento dos menos competitivos na lógica de (re)produção da sociedade sob a égide do capitalismo, o que implica a intensificação da produção de contradições nas práticas espaciais.

A globalização atual trabalha sob o comando, principalmente, dos atores hegemônicos, como os grandes empresários, das pessoas bem qualificadas e dos ricos em geral. Esses atores sociais podem se deslocar com mais facilidade pelo espaço por meio de investimentos, comércio ou turismo. Por outro lado, cria-se um imaginário duplo, pois se adota a ideia de que todos têm a mesma possibilidade de circulação e consumo das produções do espaço geográfico. Assim, os jovens escolares do Ensino Médio devem compreender o movimento de luta na direção de que todos possam ter direito a usufruir as benesses fruto do trabalho humano, mas na verdade, poucos têm acesso a elas. Essa tomada de consciência dos escolares é fundamental para que eles entendam as contradições e as possibilidades de se construir novas realidades com justiça socioespacial.

Assim, faz-se necessário trazer essa discussão para os estudantes do Ensino Médio, pois a interpretação das contradições das práticas espaciais nem sempre se trata de baixo autoestima, como é comumente atribuído em livros de autoajuda, por *coaching* e por youtubers, mas se trata, muitas vezes, de um concreto-pensado pelo qual essa realidade se reflete nos corpos e na alma dos sujeitos na relação socioespacial ao se deparar com uma situação geográfica, seja de contradição ou de possibilidades.

Por outro lado, na análise geográfica, os estudantes podem visualizar que existem possibilidades de construção de outra globalização. Para Santos (2015, 2014), a globalização como possibilidade pode ser construída por meio da tomada de consciência da escassez de condições de existência de um lado; do outro lado, das possibilidades dos usos dos territórios, dos espaços banais, das particularidades dos lugares, da cultura popular, das horizontalidades solidárias, bem como da apropriação dos novos instrumentos técnicos para produzir outra globalização.

A possibilidade de outra globalização, na perspectiva de Santos (2015, 1997), está no que ele denomina dos “de baixo” (maior parte da população), pois os pobres acabam por interagir e experimentar mais o mundo como ele é, pois passam pela escassez de acesso às condições técnicas

(objetos, máquinas), a produtos (mercadorias), a serviços (educação, saúde, sanitários, entre outros) produzidos socialmente e apropriados por uma pequena parcela dos atores sociais.

Não é que a produção global seja impossível para atender às necessidades sociais, o problema é que ela é distribuída de forma desigual (SANTOS, 2015). Dessa relação emerge a consciência dos atores sociais pobres de escassez de recursos que lhes faltam, mas em virtude das desigualdades sociais não faltam para quem está bem situado economicamente na sociedade.

Por tudo isso, os estudantes podem ser estimulados, por meio da mediação didático-pedagógica dos professores de Geografia na Educação Básica, a operarem com a atividade do pensamento geográfico a fim de potencializar a interpretação e a transformação das dinâmicas das práticas espaciais em busca da construção de uma globalização voltada para a humanização da sociedade.

Essa outra globalização, justa para todos, depende da retomada do curso da História da Humanização como centralidade. O período histórico popular direciona-se para uma questão essencial, que é pôr a centralidade no ser humano e suas condições de existências (SANTOS, 2015). Acrescenta-se a isso o fator da indissociabilidade com a natureza. O ser humano também deve entrar em uma perspectiva integral com a natureza, pois ele é um elemento da própria natureza constituinte do planeta Terra – sua casa comum.

O período popular, ou uma outra globalização, tem sua base na cultura popular quando os sujeitos não hegemônicos se apropriam dos instrumentos técnicos/culturais para dar relevo ao cotidiano dos pobres, periféricos e marginalizados. Essa cultura dos atores não hegemônicos pode alimentar um sistema político acima de interesses de partidos e de organizações da construção de uma outra globalização (SANTOS, 2015). Dessa forma, a cultura desses sujeitos pode criar cultura, economia, política e solidariedade baseada em uma territorialidade própria de onde ocorrem suas práticas espaciais cotidianas.

Essa outra globalização, de acordo com Santos (2015), esse novo mundo, considera que o porvir não será a construção de cima para baixo, a partir dos atores hegemônicos, mas pressupõe que será de baixo para cima, dos “de baixo”, por meio de suas próprias territorialidades, principalmente quando tomarem consciência dos processos de coexistência da globalização atual e se apropriarem da unicidade das técnicas em prol da criação de novos horizontes, com novas utopias e modelos cívicos que sejam voltados para a produção de condições de existência digna e da formação do sujeito para atuar no mundo de maneira humanizada.

Dessa forma, Santos (2020) argumenta em favor de novos modelos que sejam direcionados para a civilização por intermédio dos usos dos territórios e das culturas. Esses, por sua vez, devem pautar o indivíduo enquanto ser social, e não enquanto um consumidor.

Nesse contexto, defende-se que a função social do ensino de Geografia é decorrente da possibilidade do desenvolvimento e do estímulo à mobilização do pensamento geográfico dos estudantes, entre esses os da etapa do Ensino Médio, que foi o foco de discussão deste trabalho, para a análise geográfica das práticas espaciais diante do contexto de globalização de forma crítica. Nesse sentido, Cavalcanti (2022a) defende que a Geografia contribui para o desenvolvimento mental dos sujeitos ao propiciar elementos semióticos de mediação, que ela considera instrumentos/ferramentas simbólicas para compreender e agir na realidade. Em consonância com esse argumento, defende-se que a mobilização dos elementos geográficos pelos estudantes são instrumentos simbólicos potentes para compreender e agir perante as práticas espaciais de maneira crítico-reflexiva e propositiva.

O desenvolvimento do pensamento geográfico junto aos alunos do Ensino Médio para a interpretação da totalidade dos fenômenos sob o cenário de globalização na dimensão da dinâmica da interferência do capitalismo é central para a construção de outros discursos desses sujeitos e da sociedade como um todo. O desenvolvimento dessa consciência da totalidade, conforme Martins (2016), é uma necessidade inescapável para a operação da Geografia em pensamento, a qual deve ser encarada a partir de alguns cuidados metodológicos, como: cuidado de identificar as partes; reconhecer que as relações entre as partes são de natureza distintas e ter noções mínimas de que cada parte tem uma dinâmica específica.

A totalidade em movimento que se defende é em confluência com a perspectiva de Santos (2012b), de que não se trata de uma universalidade parcial pautada em sistemas de ações dominantes direcionadas para contemplar as benesses de poucos atores sociais e que tentam impô-las em forma de narrativas únicas. Mas a ideia é construir uma outra moral universal em que o ser ultrapasse o ter. E, assim, possa unir os seres humanos para e por seu trabalho construir outros mundos focados na solidariedade entre os sujeitos.

Assim, compreende-se que a análise geográfica a ser realizada pelos estudantes do Ensino Médio é um processo propiciado pela mobilização do pensar geográfico, que exige a estruturação em elementos teórico-metodológicos da ciência geográfica (conceitos, princípios lógicos, categorias), que possibilitam a interpretação e compreensão de processos de práticas espaciais. Defende-se no presente trabalho que tais conceitos e princípios mobilizados pelos estudantes do Ensino Médio são elementos geográficos que constituem a base da análise geográfica da dimensão espacial da realidade.

O desenvolvimento do pensamento geográfico dos alunos da Educação Básica é uma capacidade geral humana de atividade intelectual que promove raciocínios, linguagens, operações simbólicas,

quando se opera na análise geográfica de objetos de conhecimento – a dimensão espacial da realidade, que é constituída indissociavelmente de sistema de objetos e de ações (práticas espaciais).

Assim, ao se pensar geograficamente, entende-se que são acionados elementos epistêmicos da Geografia (conceitos, princípios e categorias), os quais propiciam múltiplos processos cognitivos – raciocínios, hipóteses, deduções, inferências, interpretações, entre outros – nessa operação mental sofisticada analítica e atitudinal.

Nesse contexto, defende-se que é possível estimular a mobilização dos conceitos e princípios geográficos ao se trabalhar determinado conteúdo na escola com alunos da Educação Básica, entre esses, os do Ensino Médio. Para tanto, podem-se utilizar diversas metodologias de ensino, entre elas, a de resolução de situações-problema em situações geográficas, trabalho de campo, geotecnologias, produção de desenhos, cartografia, imagens, croquis, slides, memes, games, ensino por investigação, entre outras.

Portanto, a análise geográfica dos estudantes do Ensino Médio, via mobilização do pensamento geográfico, pode levar à compressão por esses sujeitos de que as práticas espaciais são um conjunto sistêmico de ações sociais, mediadas por sistemas de instrumentos materiais-simbólicos e efetuadas por diferentes sujeitos (indígenas, mulheres, quilombolas, sem-terra, sem-teto, empresários, entre outros). Além disso, levá-los a apreender que tais ações espaciais se complexificam mais com as influências da globalização contemporânea porque esse mundo se apresenta na realidade como fábula, como perversidade e como possibilidade.

Considerações finais

A finalidade deste trabalho foi discutir elementos teóricos relacionados à análise geográfica aplicada a estudantes do Ensino Médio sobre as práticas espaciais no contexto de influências da globalização contemporânea como contribuição para o ensino de Geografia na Educação Básica. Para tanto, utilizou-se metodologicamente a perspectiva da pesquisa qualitativa. Sendo assim, efetuou-se o procedimento bibliográfico por meio de unidades temáticas: práticas espaciais, globalização contemporânea e o ensino de Geografia com foco nos estudantes da etapa do Ensino Médio. Para sistematizar a análise da coleta de dados, operou-se com a metodologia da análise de conteúdo na verificação de indicadores em palavras ou frases nos posicionamentos dos autores das fontes bibliográficas.

Os resultados apontam que se faz necessário que os estudantes do Ensino Médio compreendam a definição conceitual de práticas espaciais como sendo um conjunto sistêmico de ações sociais

espacialmente localizadas, as quais são mediadas por sistemas de instrumentos materiais-simbólicos. Tais práticas são efetuadas por diferentes atores sociais para satisfazer suas necessidades ou da sociedade. Elas desdobram-se na produção e na organização do espaço geográfico e configuram-se cada vez mais enigmáticas perante o contexto de expansão do processo de globalização na contemporaneidade.

Assim, a pesquisa contribui nesse debate central para que os estudantes, entre os quais, os do Ensino Médio, compreendam os sistemas de ações na dinâmica dos fenômenos espaciais, principalmente ao dar destaque ao papel dos instrumentos mediadores simbólicos sem esquecer os sistemas de instrumentos materiais, pois esses instrumentos (materiais-simbólicos) são elementos que potencializam as práticas espaciais para a produção e a organização do espaço geográfico.

As práticas espaciais tornam-se mais complexas com as interferências do processo de globalização contemporânea. Tais influências dizem respeito aos impactos provocados pelas ações, em particular, dos atores hegemônicos em diversas dimensões da realidade – econômica, política, cultural e espacial.

Nesse contexto, defende-se o estímulo à análise geográfica dos estudantes do Ensino Médio por meio da mediação didático-pedagógica dos professores de Geografia via conteúdos geográficos, em prol da interpretação das práticas espaciais de maneira crítico-reflexiva frente às influências da globalização capitalista na contemporaneidade.

Portanto, o desenvolvimento e a mobilização do pensamento geográfico pelos estudantes do Ensino Médio viabilizam a análise geográfica crítico-reflexiva sobre os impactos da globalização nas práticas espaciais. Dessa forma, orienta-se desenvolver e estimular a mobilização do pensamento geográfico dos estudantes do Ensino Médio na mediação didático-pedagógica dos professores de Geografia. Isso porque essa forma de pensar é uma atividade intelectual que amplia a capacidade mental dos sujeitos para a compreensão da realidade. Sendo assim, os estudantes, ao se apropriarem do pensamento geográfico, potencializa a interpretação e o agir instrumentalizado nas práticas espaciais diante do contexto de globalização contemporânea.

Referências bibliográficas

BARDIN, Laurence. *A análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Neto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia Escolar e a busca de abordagens teórico/práticas para realizar sua relevância social. In: SILVA, Eunice Isaias da; PIRES, Lucineide (Org.). *Desafios da didática de Geografia*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013b. p. 45- 68.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Pensar pela Geografia: o ensino e a relevância social*. Goiânia: C&A Alfa, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Contribuições do pensamento geográfico para o ensino e a pesquisa. In: PINHEIRO, Antônio Carlos Pinheiro; ALMEIDA, David Luiz Rodrigues de (organizadores). *Contribuições do pensamento geográfico para o ensino e a pesquisa*. Goiânia: C & A Alfa Comunicação, 2021. p. 16-27. Disponível em: <https://editoraalfa.com.br/pages/e-books>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A relação de professores e alunos com os conhecimentos geográficos. In: CAVALCANTI, Lana de Souza; PIRES, Matheus Marchesan (Orgs.). *Geografia Escolar: diálogo com Vigotski*. Goiânia: C & A Alfa Comunicação, 2022a. p. 13-33.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Olhar a paisagem com a mediação do pensamento geográfico: aprendizagem potente para o mundo contemporâneo. *Revista de Investigación en Didáctica de las Ciencias Sociales*. n. 10, p. 42-58, 2022b. Disponível em: <https://mascvuex.unex.es/revistas/index.php/reidics/article/view/4237>. Acesso em: 4 mar. 2022.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHRISTAN, Patrícia; SOUZA, Vanilton Camilo de. Prática espacial cotidiana no processo de significação da aprendizagem em Geografia. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*. Campinas, v. 10, n. 20, p. 223-240, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/767/459>. Acesso em: 11 dez. 2021.

CIRQUEIRA, José Vandério; SPOSITO, Eliseu Savério. *Geograficidade: modo de ser, experiência e prática espacial*. Curitiba: Appris, 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. *Cidades*. v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufes.edu.br/index.php/cidades/article/view/12795/8363>. Acesso em: 20 set. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012a. p. 15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. *Revista Cidades*. v. 9, n. 16, 2012b. Disponível em: <https://periodicos.ufes.edu.br/index.php/cidades/article/view/12033/7730>. Acesso em: 6 out. 2021.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*). 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

MARTINS, Elvio Rodrigues. O pensamento geográfico é Geografia em pensamento? *GEOgraphia*. Rio de Janeiro. v. 18, n. 37, p. 61-79, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13758/8958>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Trad. Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MOREIRA, Ruy. Uma ciência das práticas e saberes espaciais. *Rev. Tamoios*. São Gonçalo. ano 13, n. 2, p. 26-43, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/30458>. Acesso em: 2 abr. 2022.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Milton. *Um dos maiores geógrafos brasileiros disserta sobre globalização e o papel do intelectual na política nacional*. Youtube. 1h26m23s. TV Cultura, 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law>. Acesso em: 7 fev. 2022.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012b.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SCHATZKI, Theodore R. Spaces of practices and of large social phenomena. *Undisciplinary journal of social sciences: Espace Temps. Net*, le 24, 2015. Disponível em: <https://www.espacestemp.net/en/articles/spaces-of-practices-and-of-large-social-phenomena/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SIMONSEN, Kirsten. Practice, spatiality and embodied emotions: an outline of a geography of practice. *Human affairs*. v. 17, n. 2, p. 168-181, 2007. Disponível em: <https://www.cceol.com/search/article-detail?id=272471>. Acesso em: 4 mar. 2020.

SOJA, Edward W. *Seeking spatial justice*. London: University of Minnesota Press, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. *Estudos*

Avançados, 32(93), 175-195, 2018. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152621/149092>. Acesso em: 21 ago. 2021.

TAO Wei; CAI, Shaoyan; YU, Xiaochen. The emotional reconstruction and spatial practices of mobilizing family: A perspective from mobility. *Acta Geographica Sinica*. v. 74, n. 6, p. 1252-1266, 2019. Disponível em:
<http://gb.oversea.cnki.net/KCMS/detail/detail.aspx?filename=DLXB201906014&dbcode=CJFD&db name=CJFDTEMP>. Acesso em: 10 ago. 2020.